

OS DESAFIOS DO BIODIREITO NA SOCIEDADE TECNOCIENTÍFICA DO SÉCULO XXI

Os debates desenvolvidos no âmbito do Grupo de Trabalho BIODIREITO, por ocasião do XXIII Encontro Nacional do CONPEDI, realizado entre os dias 30 de abril e 03 de maio de 2014, na Universidade Federal de Santa Catarina, foram diversificados e desafiadores e estão retratados nos artigos que compõem este livro.

A tecnociência se desvela como a nova forma de “fazer ciência”, que já não se contenta mais com a produção do conhecimento, mas ele deverá dar origem também a algum produto mais palpável a ser disponibilizado ao mercado consumidor. Efetivamente, a ciência caminha junto com a inovação, proporcionando, além de uma nova ação, também um produto com feições ainda não conhecidas até aquele momento.

É neste cenário que se projetam as contribuições dos estudos sobre o BioDireito, perspectivando um horizonte de preocupação com os diversos “usos” que o conhecimento científico está fazendo com a vida. O Direito, no contexto científico assim delineado, também deverá assumir as suas responsabilidades no tocante às possibilidades jurídicas que desenha para a “vida no Direito”.

O pano de fundo aberto com estes pontos limítrofes, possibilitou a discussão de temas, transformados nos capítulos deste livro a seguir disponibilizado ao público leitor, evidenciando os desafios que o Direito deverá enfrentar na Sociedade Tecnocientífica. Entre diversos temas próprios desta nova feição do conhecimento científico destacam-se estudos sobre a utilização do corpo como objeto de investigação científica, como a investigação genética e a reprodução humana assistida, que estão entre a concepção global, a diversidade cultural e o mercado reprodutivo transnacional. A necessidade de se estudar a estrutura constitutiva dos contratos biotecnológicos, como uma modalidade contratual própria do cenário científico apresentado. Não deixaram de ser discutidas as consequências da anencefalia e a possibilidade de interrupção, ou não, da gravidez. A emergência de direitos fundamentais como o da identidade genética, além do direito fundamental do transexual à alteração do nome e gênero. Ao lado destes temas, também se encontra neste livro a (ainda) pertinente discussão sobre os organismos geneticamente modificados e a forma como foram (ou não foram) regradados pelo Direito Brasileiro.

Os estudos dos capítulos que se seguem estão lastreados na análise constitucional e convencional, além de diversificadas matrizes teóricas inspiradas, por exemplo, nas obras de Agamben, Foucault, Reys Mate, Norberto Bobbio, Hans Kelsen, entre muitas outras.

Os temas tratados neste livro mostram a riqueza dos temas próprios do Biodireito e que desafiam os diversos atores envolvidos na produção do jurídico a empregar criatividade e flexibilidade na construção de respostas jurídicas adequadas aos movimentos tecnocientíficos operadas na Sociedade do Século XXI.

Deseja-se os leitores aproveitem ao máximo as ideias ensaiadas pelos diversos escritores deste livro, os quais buscam, na diversidade temática, subsídios para a construção da igualdade do gênero humano.

Wilson Engelmann (UNISINOS)

Paulo Roney Avila Fagundez (UFSC)